

USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

USE OF ACCOUNTING INFORMATION ON MICRO AND SMALL ENTERPRISES

Nilton Fiek

Email: fieknilton@gmail.com

Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Cacoal – RO, Brasil

Cleberon Eller Loose

Email: cleberonloose@unir.br

Professor da Universidade federal de Rondônia, lotado no departamento de Ciências Contábeis do câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles na cidade de Cacoal – RO, Brasil

Manuscript first received/Recebido em: 01/03/2017 Manuscript accepted/Aprovado em: 06-09/2017

RESUMO:

A falta de respaldo na tomada de decisões dos gestores das empresas tem levado inúmeras organizações a fecharem as portas. Amparo para a tomada de decisão é encontrado nas informações contábeis, onde podem ser obtidos os mais variados tipos de informações. Sendo assim o presente trabalho teve por objetivo identificar como as informações contábeis são utilizadas pelos gestores das micro e pequenas empresas no processo de tomada de decisão no município de Cacoal - RO. Para tanto foi realizada uma pesquisa em 29 empresas, sendo 10 do ramo de comércio de medicamentos e 19 do ramo de comércio de confecções na região central de Cacoal. A coleta de dados foi feita por meio de uma entrevista semiestruturada aplicada junto aos gestores das empresas. A pesquisa se configurou como bibliográfica e de campo abordando aspectos qualitativos e quantitativos. Após a análise dos dados verificou-se que os gestores das empresas da cidade de Cacoal possuem um baixo nível de conhecimento em relação às informações contábeis, o que leva a maioria a não utilizar tais informações no processo de gerenciamento e tomada de decisões no processo de gestão da empresa.

Palavras chave: Contabilidade. Informações. Decisões.

ABSTRACT:

The lack of support in the decision making of the managers of the companies has taken numerous organizations to close their doors. Support for decision making is found in the accounting information, where the most varied types of information can be obtained. Therefore, the present study aimed to identify how accounting information is used by micro and small companies in the decision-making process in the municipality of Cacoal. For that, a survey was carried out in 29 companies, of which 10 were from the medicine trade and 19 were from the apparel trade in the central region of Cacoal. The data collection was done through a semi-structured interview applied to the managers of the companies. The research was configured as a bibliographical and field approach addressing qualitative and quantitative aspects. After analyzing the data, it was verified that the managers of the companies of the city of Cacoal have a low level of knowledge regarding accounting information, most of

which do not use such information in the process of management and decision making in the process of company management.

Key words: Accounting. Information. Decisions.

1 INTRODUÇÃO

As empresas estão em constantes mudanças, necessitando de controles precisos e rigorosos para que possam se adequar as suas próprias operações e as mudanças geradas pelo mercado. Segundo Crepaldi (2011), a utilização dos sistemas de informação serve para registrar tais operações da organização, e os relatórios contábeis para subsidiar o processo de planejamento e tomada de decisões nas organizações. O uso das informações contábeis junto ao sistema de informação é indispensável para a gestão da organização, uma vez que estes servirão como amparo para tomada de decisão, trazendo em um dado momento as informações financeiras da empresa e assim sendo possível efetuar uma análise das dificuldades que a empresa pode vir a sofrer e apontar possíveis direções para sobressair a essas dificuldades. Nesse contexto, a Contabilidade Gerencial se mostra como uma importante ferramenta específica para esse seguimento.

Ainda de acordo com Crepaldi (2011), a Contabilidade Gerencial é o ramo da contabilidade responsável por fornecer informações aos administradores das empresas, auxiliando na tomada de decisões e funções gerenciais, ajudando na melhor utilização dos recursos econômicos por meio de controle de insumos. O autor ainda cita que a contabilidade gerencial proporciona aos administradores informações que permitem avaliar o desempenho de certas atividades, de certos produtos, e a situação econômico-financeira de forma clara e objetiva, ou seja, de acordo com a necessidade de cada usuário.

Nesse contexto, diante da importância da contabilidade e das informações gerenciais, o presente estudo apresentou a seguinte questão de pesquisa: as micro e pequenas empresas de Cacoal estão utilizando as informações contábeis para a tomada de decisões?

Assim o presente estudo teve por objetivo geral identificar como as informações contábeis estão sendo utilizadas pelos gestores e administradores das micro e pequenas empresas no processo de tomada de decisão.

Para Marion (2012), a grande maioria das empresas fecham as portas antes de completarem 5 anos, sendo que um dos principais fatores que contribuem para isso é a falta de planejamento e falta do uso de informações contábeis no processo de gerenciamento.

Diante de tal situação torna-se evidente a importância de verificar se as micro e pequenas empresas fazem o uso da informação contábil no seu processo de decisão.

A pesquisa foi realizada em 29 empresas que atuam no ramo de comércio de confecções e medicamentos situadas na região central da cidade de Cacoal/RO, especificamente nas avenidas Porto Velho, Sete de Setembro, São Paulo, Dois de Junho, Amazonas, Cuiabá e Belo Horizonte. Onde foi realizada uma entrevista junto aos gestores para obtenção dos dados, os quais foram analisados e apresentados com base em argumentos respaldados pelo referencial teórico existente sobre o assunto, sendo utilizadas figuras para apresentar os resultados para um melhor entendimento das informações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será realizada uma revisão da literatura versando sobre o tema de pesquisa, onde são abordados os aspectos das micro e pequenas empresas, Contabilidade Gerencial, Sistemas de informações e demonstrações Contábeis.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)

O principal critério para avaliar o tamanho de uma empresa, ou seja, se ela é microempresa (ME) ou pequena empresa (EPP), é o seu faturamento bruto anual.

Conforme o artigo 3º da lei complementar 123/2006 microempresas são:

[...] consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada [...], desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) [...].

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), classifica o tamanho do empreendimento pelo número de empregados, fazendo ainda, distinção por segmentos econômicos. Vale destacar que o critério não tem fundamentação legal, onde para critérios legais, deve ser levada em consideração a lei 123 de 14 de dezembro de 2006.

Na figura 01 é apresentada a classificação das empresas por número de empregados de acordo com a classificação do Sebrae.

| Classificação | Indústria | Comércio e serviços |
|----------------------|-------------------------|----------------------------|
| Micro | Até 19 empregados | Até 9 empregados |
| Pequena | De 20 a 99 empregados | De 10 a 49 empregados |
| Média | De 100 a 499 empregados | De 50 a 99 empregados |
| Grande | Mais de 500 empregados | Mais de 100 empregados |

Figura 1: Classificação de empresas por número de empregados.

Fonte: Sebrae/ SC (2013).

As micro e pequenas empresas possuem um tratamento diferenciado e favorecido, ao qual está amparado pelo estatuto das micro e pequenas empresas em âmbito Federal, Estadual e Municipal. O estatuto das micro e pequenas empresas foi instituído pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro 2006, a qual revoga a lei 9.841 de 5 de outubro de 1999, antigo estatuto das micro e pequenas empresas.

Conforme o artigo 1º da Lei Complementar 123/2006, as micro e pequenas empresas são beneficiadas por terem um tratamento diferenciado e favorecido, onde um desses tratamentos consiste no recolhimento unificado dos impostos e contribuições devidos a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Vale destacar que as micro e pequenas empresas tem papel fundamental na economia brasileira, onde são responsáveis por empregar uma grande parte da mão de obra urbana e ainda representam 98% do número de empresas formais no Brasil, onde a cada ano este segmento vem crescendo e contribuindo para a economia brasileira (SEBRAE, 2006).

Na figura 02 são apresentados dados referentes à quantidade de empresas existentes no Brasil de acordo com o seu porte.

| Classificação | Número de Empresas | Porcentagem % |
|--------------------------------|---------------------------|----------------------|
| MGEs Médias e Grandes Empresas | 81.967 | 2% |
| MPEs Micro e Pequenas Empresas | 5.028.318 | 98% |
| Total | 5.110.285 | 100% |

Figura 2: Número de estabelecimentos por porte no Brasil em 2004.

Fonte: RAIS/ MTE (2004).

Naretto, Botelho e Mendonça (2004) ressaltam que as micro e pequenas empresas tem o seu espaço na economia brasileira e vem sendo reconhecidas pelo poder público devido ao seu grande impacto econômico e de desenvolvimento. Os autores reforçam que esse reconhecimento por parte do poder público alavancou planos para estruturar as políticas públicas para as micros e pequenas empresas há mais de 45 anos, mas somente em um período recente essas empresas passaram a receber atenção compatível com sua participação na economia.

Os autores ainda citam que o primeiro programa criado para beneficiar as micro e pequenas empresas foi datado em 1960, instituído pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), onde ampliava e facilitava a linha de crédito para financiamento para as pequenas e médias empresas (PMEs). Por meio desse programa surgiu em 1964, o grupo Executivo do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme), onde oferecia às pequenas e médias empresas uma linha de crédito com maiores prazos e menores taxas, cujo objetivo era de facilitar a aquisição de máquinas e equipamentos de trabalho e ao mesmo tempo incentivar o desenvolvimento econômico. O programa não atingiu as expectativas, alcançado um número menor de adesão ao financiamento do que era esperado, sendo um dos principais motivos para esse resultado a falta de recursos para elaboração do projeto e também o despreparo técnico.

Em 17 de Julho de 1972, foi instituído por meio do BNDE e do Ministério do Planejamento o primeiro instituto de apoio as Pequenas e Médias empresas, denominado Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), instituído com o objetivo de auxiliar na difusão de novas técnicas de gestão para as Pequenas e Médias empresas (SEBRAE, 2003). Ainda no ano de 1990, o CEBRAE passou por importantes mudanças, onde houve sua transformação para Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), devido a lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, ao qual determinava a extinção de várias entidades da administração federal, autorizando assim a extinção do CEBRAE do poder público.

Em se tratando de regulamentação, com o objetivo de desburocratizar os tratamentos as Pequenas e Médias empresas, em 27 de novembro de 1984 foi aprovada a lei nº 7.256, a qual instituiu o estatuto da Microempresa relativo ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (NARETTO; BOTELHO; MENDONÇA, 2004).

Em 1988, no que se referem ao tratamento diferenciado as Micro e Pequenas empresas, a Constituição Federal (CF), no seu artigo 179, beneficiou este segmento em todas as esferas do governo e em 1995, com o artigo 170, o tratamento diferenciado foi alçado à condição de Princípio Geral da Atividade Econômica (ASSIS, 2005)

No dia 05 de dezembro de 1996, foi criado o Simples, por meio da Lei nº 9.317 o qual, incluía as empresas de pequeno porte e normatizava regras sobre o regime tributário, criando o sistema integrado de pagamentos de impostos e Contribuições para as Micro e Pequenas Empresas, o qual girava em torno de uma tabela progressiva de alíquotas que tinha como base o faturamento da empresa. (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

Em 05 de outubro de 1999 foi aprovada a Lei nº 9.841, onde surgia o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, revogando a Lei 8.864/1994, conhecida como Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Em 14 de dezembro de 2006, foi aprovada a lei nº 123, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, regulamentando o tratamento diferenciado as Micro e Pequenas empresas em vários aspectos revogando a lei nº 9.841 (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

As constantes mudanças no cenário econômico mundial e a globalização influenciaram fortemente as organizações a mudarem sua forma de gestão e a se adaptarem ao cenário econômico atual. As mudanças atingem as organizações em uma esfera global, no campo político, social, ambiental, tecnológico, tributário dentre outros, exigindo das organizações meios rápidos e eficazes de obterem informações (CORDEIRO; DUARTE, 2006). Ainda segundo o autor as informações necessárias para a adaptação a esse contexto serão fornecidas pela contabilidade, as quais irão auxiliar os gestores a tomar decisões frente à globalização.

Com o cenário econômico apresentado nos anos de 2015 e 2016 fica evidente que a cada dia mais se verifica a necessidade de uma eficaz administração, onde essa deva trazer resultados positivos para a empresa. Para tais resultados, o administrador deve estar amparado em suas decisões, onde possa ter a certeza de como está a situação da empresa e os caminhos que deva seguir. Neste sentido existe um ramo da contabilidade que tem os objetivos específicos fornecer informações aos administradores das empresas. Este ramo específico é conhecido como contabilidade gerencial.

Segundo Crepaldi (2011), contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade o qual tem por objetivo fornecer aos administradores das empresas informações essenciais para a tomada de decisões.

Para Padoveze (2008), contabilidade gerencial está ligada ao objetivo de fornecer informações para as pessoas que estão dentro das organizações, essas são responsáveis pelo controle e direção da empresa, isto é, fornecer informações gerenciais para os gestores. O autor salienta que as informações contábeis para que sejam utilizadas pelos gestores, os mesmos devem estar dispostos a utilizá-las de modo que eles percebam que estas informações tragam auxílio em suas decisões, e ao mesmo tempo não provoquem um custo maior do que elas podem valer para a administração da entidade.

Marion e Soares (2000) citam que o primeiro ponto indispensável para uma boa gerência, é ter bons relatórios contábeis, livre de erros e informações infiéis para que os gestores possam se respaldar neles para tomar as decisões. Silva (2013) ressalta que as pessoas dentro das organizações irão tomar decisões baseadas em informações disponíveis, analisando e decidindo sobre a melhor alternativa possível.

Dentre os motivos apontados pelos gestores para justificar a paralisação das atividades das empresas que fecham as portas, é a falta de recurso para a rotatividade do negócio e alta carga tributária aplicada. No entanto os motivos para a paralisação das atividades das empresas não são apenas aqueles apontados pelos gestores, e sim como um dos principais fatores a má gestão, devido à falta de relatórios contábeis confiáveis, pois em sua grande maioria os relatórios são distorcidos e com informações irreais criadas apenas para fins fiscais e por esse motivo os gestores acabam não tendo amparo em suas decisões (MARION; SOARES, 2000).

Nesse contexto as empresas acabam sendo prejudicadas, pois ao evidenciar informações falsas, geralmente com o intuito de reduzir a carga tributária, ocorrem perdas maiores do que elas deixariam de pagar em tributos, pois as decisões tomadas pelos gestores não tem amparo, uma vez que os relatórios contábeis não possuem informações reais (MARION; SOARES, 2000).

Crepaldi (2011) e Padoveze (2008) fazem menção às diferenças entre contabilidade gerencial e a contabilidade financeira, onde a contabilidade gerencial tem por objetivo trazer informações aos gestores das empresas, informações essas que tem o objetivo de auxiliar suas decisões, enquanto a contabilidade financeira tem o objetivo fornecer informações a terceiros, ou seja, pessoas que estão no ambiente externo da empresa, como por exemplo acionistas, credores e outros.

De acordo com os dados apresentados pela figura 03 podem ser observadas as características básicas da Contabilidade financeira e Contabilidade gerencial, no que se refere aos usuários da informação contábil.

| | Contabilidade Financeira | Contabilidade Gerencial |
|------------------------|---|---|
| Público Alvo | Externo: acionistas, credores e autoridades fiscais. | Internos: Funcionários, gerentes e executivos. |
| Objetivo | Reportar o desempenho passado com finalidades externas; contratos com proprietários e credores. | Informar para tomada de decisões internas, feita por empregados e gestores. |
| Temporalidade | Histórica: passada. | Corrente: orientando para o futuro. |
| Restrições | Reguladas: regras direcionadas por princípios fundamentais de contabilidade e por autoridades governamentais. | Sem regras estabelecidas: sistemas e informações determinados por gerentes para encontro de necessidades estratégicas e operacionais. |
| Tipo de informação | Medidas financeiras somente. | Financeiras mais medidas operacionais e físicas sobre processos, tecnologias, fornecedores, clientes e competidores. |
| Natureza da informação | Objetiva, auditável, confiável, consistente, precisa. | Mais subjetiva e de juízos, válidas, relevantes, acuradas. |
| Escopo | Altamente agregado; relatórios sobre a organização inteira. | Desagregado, de informação a ações e decisões locais, |

Figura 3: Elementos básicos da Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial.

Fonte: Crepaldi (2011).

A contabilidade gerencial é derivada das diversas ferramentas da contabilidade, as quais são estudadas ao longo do curso de Ciências Contábeis oferecidos pelas universidades e faculdades no Brasil. No entanto, para que haja a chamada Contabilidade Gerencial de fato é necessário que os tomadores de decisões utilizem informação contábil nesse processo (PADOVEZE, 2008).

De acordo com Iudícibus (1995) contabilidade gerencial é derivada de varias técnicas de procedimentos contábeis já conhecidos, onde são extraídos tratamentos da contabilidade financeira, contabilidade de custos, análise financeira e de balanços, sendo detalhadas de uma maneira específica para que possa auxiliar os gestores das empresas no processo decisório.

Crepaldi (2011) afirma que a contabilidade de custos é uma das mais importantes funções que compõe a contabilidade gerencial, onde pode ser considerada como uma das áreas mais importantes e valorizadas do Brasil e do mundo. O autor cita que a contabilidade de custos é de fundamental importância para tomada de decisão em vários aspectos, tais como:

- a) Verificar se a produção da fábrica é suficiente ou não para atender a demanda, verificando qual o produto mais rentável e qual produto pode ser cortado da linha de produção;
- b) Como elaborar o preço de venda de um produto, considerando todos os elementos necessários para esse processo;
- c) Verificar a viabilidade de fabricar ou comprar de terceiros a matéria prima utilizada na produção de seus produtos.

O autor ainda reforça que a maior dificuldade das empresas brasileiras, principalmente as pequenas e médias empresas, é o controle de custos e a formação do preço de venda, onde se destacam como principais fatores a falta de conhecimento da margem de contribuição de cada produto, ponto de equilíbrio econômico e financeiro, taxa de retorno de lucratividades, entre outros.

Diante disso fica evidente que a contabilidade é fundamental no apoio a tomada de decisão para a empresa, independentemente de qual o modelo seja adotado, mas para tanto, é necessário que a empresa tenha sua estratégia e foco gerencial no desempenho de suas atividades, bem como um bom sistema de informações (ROSA, 2004).

2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

Segundo Batista (2012), entre as funções dos gestores, encontra-se como principais a tomada de decisão e a definição de estratégias, tendo como base as experiências adquiridas no processo de gestão e também nas informações que são geradas pela empresa no decorrer do período.

O autor ainda afirma que um alto número de informações, podem tornar o trabalho do gestor um tanto difícil, pois este precisa filtrar apenas informações relevantes. Nesse contexto, verifica-se a necessidade da utilização de um sistema de informação pela empresa, onde este irá auxiliar na organização dos mais variados tipos de dados, fornecidos e também gerados pela organização, o que tende a facilitar o processo de tomada de decisão de maneira geral.

Na figura 4 são apresentadas as definições de Sistema de Informações de acordo com a visão de alguns autores.

| | |
|------------------------------|--|
| PADOVEZE,2008, P.46 | “Sistema de informação pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado [...] um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos [...] para o processamento de dados e tradução de informações [...]” |
| CREPALDI,2011, P13 | “[...] permitir uma gestão eficaz das informações necessárias para a gestão econômica e financeira da empresa, bem como apresentar um grau máximo de eficácia na relação custo e benefício da geração e comunicação das informações.” |
| BATISTA,2012, P.54 | “[...] sistemas de informação é a criação de um ambiente empresarial em que as informações possam fluir na estrutura organizacional.” |
| MIRANDA e JUNIOR, 1995, P.16 | “Definido como um conjunto estruturado e interativo de dados e informações sobre a organização, que proporciona a otimização do processo decisório na sua interligação com fatores ambientais (externos e internos) [...]” |
| LAUDON e LAUDON, 2007,P.9 | “[...] pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões [...]” |

Figura 4: Definição de sistemas de informações.

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

Conforme Bazzotti e Garcia (2006) a necessidade do uso de sistemas de informações pelas empresas se dá devido ao grande número de informações que a empresa possui e a dificuldade que seria em analisar e organizar todos esses dados de maneira aleatória. Devido à

complexidade das informações, as mesmas necessitam um ajustamento às necessidades da empresa, para que sejam consideradas eficientes.

Os sistemas de informação se classificam em sistemas abertos e sistemas fechados, onde os sistemas abertos se interagem com o ambiente externo, trocando energia e informações com seu meio, enquanto os sistemas fechados se caracterizam por não a interagir com o ambiente externo, ou seja, são isolados do seu ambiente externo (PADOVEZE, 2008).

Nesse contexto o autor ainda afirma que os sistemas de informações se classificam em: Sistema de apoio as operações e Sistema de apoio a gestão, onde o primeiro refere-se a auxiliar os departamentos e atividades a executarem as funções operacionais como controlar processos industriais, compras, estocagens das mercadorias entre outros, enquanto o sistema de apoio a gestão preocupa-se para a gestão econômico-financeira da empresa proporcionando um panorama seguro da organização e uma melhor alocação de investimentos.

Fica evidente que as empresas podem usar os sistemas de informações para acompanhar e monitorar suas atividades, desde uma simples compra até os complexos controles de custos, onde os gestores podem conseguir informações sobre qual produto possui melhor aceitação no mercado, assim como conhecer qual produto gera a maior margem de contribuição. Tais informações podem ser conseguidas de forma rápida e eficiente, quando é utilizado um sistema de informações estruturado (LAUDON; LAUDON, 2007)

Segundo Laudon e Laudon (2007), uma empresa pode utilizar vários sistemas de informação, pois existem uma diversidade deles, e cada um com diferentes finalidades de controle. Nesse contexto, os autores enfatizam a importância do uso dos sistemas de informação, uma vez que são essenciais para conduzir os negócios. Fica destacado que as empresas utilizam essa ferramenta para atingir seis objetivos principais: a excelência operacional, novos produtos, serviços e modelos de negócios; melhor relacionamento com fornecedores e clientes; auxílio na tomada de decisão; vantagem competitiva e sobrevivência no mercado.

2.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para analisar a situação das empresas deve ser considerado um conjunto de demonstrações contábeis, onde cada uma tem a sua particularidade e possui informações sobre determinadas operações da empresa (CORDEIRO; DUARTE, 2006).

Castiglioni (2014) salienta que as análises das demonstrações são de fundamental importância para os gestores, pois possibilitam o conhecimento da situação econômico-financeira da empresa.

Nesse contexto, Castiglioni (2014), enfatiza o uso das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas pela lei n° 6.404/76 e posteriores alterações pela lei n° 11.638/2007. Assim, são apresentadas as principais demonstrações contábeis, ou seja, aquelas que são indispensáveis para se conhecer a situação da organização em estudo, tais demonstrações são: a) Balanço Patrimonial; b) Demonstração do Resultado do Exercício; c) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

O Balanço Patrimonial é a apresentação de todo o conjunto patrimonial, onde o total das fontes de recurso é correspondente ao total das aplicações de recursos, sendo elaborado respeitando os princípios contábeis (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

Castiglioni (2014) se refere à DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) como um demonstrativo, elaborado de forma resumida, o qual visa informar o resultado líquido da empresa, evidenciando a geração de lucro ou prejuízo.

A DLPA (Demonstrações de Lucros ou Prejuízos Acumulados) tem o objetivo de evidenciar a movimentação ocorrida para os donos do capital. Padoveze (2014) destaca que para as sociedades por ações, a partir da lei 11.638/07 todos os lucros obtidos devem ter uma destinação, onde este saldo não pode mais ficar na conta lucros ou prejuízos acumulados.

Além das demonstrações supracitadas, existem outras que visam contribuir com dados complementares que são importantes para uma boa análise da situação de uma entidade, sendo elas:

- a) Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos;
- b) Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- d) Demonstração do Valor adicionado;
- e) Demonstração do Resultado Abrangente;
- f) Notas Explicativas.

Segundo Costa (2011) a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR), é um relatório contábil que é responsável por indicar modificações da companhia tendo a finalidade de demonstrar as alterações no Capital Circulante Líquido (CCL). Mesmo não sendo mais obrigatória, a DOAR pode ser utilizada no aspecto gerencial, pois detalha as operações responsáveis pelas variações no CCL, evidenciando as origens e aplicações de recursos.

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), procura evidenciar a movimentação das contas do Patrimônio Líquido, onde a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), já está contida na DMPL, assim ficando desobrigada a elaboração da DLPA quando a DMPL for elaborada (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

Marion e Soares (2000) apontam que a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), deve evidenciar no mínimo as alterações ocorridas no saldo da conta caixa e equivalentes, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e investimentos.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem a função de explicar quais foram às destinações dos valores adicionados, ou seja, identifica o valor da riqueza gerada e como ela foi distribuída pela empresa (COSTA, 2011).

De acordo com a Resolução CFC nº 1.185/2009, a Demonstração do Resultado Abrangente é responsável por apresentar a “mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”, podendo estar contida na DMPL.

Notas explicativas são todas as informações complementares que são necessárias para complementar o que está demonstrado em qualquer uma das demais demonstrações contábeis, como por exemplo o prazo de financiamentos (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

As Micro e Pequenas empresas por terem um tratamento diferenciado e simplificado têm as suas particularidades para a elaboração das demonstrações contábeis especificadas na resolução do CFC 1.418/12 que trata do Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

Na figura 05 são apresentadas as categorias e as demonstrações obrigatórias para cada modalidade empresarial.

| Demonstração Contábil | ME e EPP ITG 1000 | PME's NBC TG 1000 | Regra Geral | S.A de Capital Aberto |
|------------------------------|--------------------------|---|--------------------|------------------------------|
| B.P | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório |
| D.R.E | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório |
| D.R.A | Facultativa | Pode ser substituída pela DLPA | Obrigatório | Obrigatório |
| D.L.P.A | Facultativa | Facultativa (Obrigatória se substituir a DRA ou DMPL) | Facultativa | Facultativa |
| D.M.P.L | Facultativa | Pode ser substituída pela DLPA | Obrigatório | Obrigatório |
| D.F.C | Facultativa | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório |
| N.E | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório | Obrigatório |

| | | | | |
|-------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| D.V.A | Facultativa | Facultativa | Facultativa | Obrigatório |
|-------|-------------|-------------|-------------|-------------|

Figura 5: Demonstrações obrigatórias por modalidade empresarial.

Fonte.CRC/PR (2013)

Fica evidente que as Pequenas e Médias Empresas não estão obrigadas a elaborarem todas as demonstrações contábeis existentes, tal situação ocorre em virtude do seu tamanho e nível de complexidade patrimonial.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia se caracteriza por descrever os procedimentos que serão seguidos para a realização da pesquisa, seguindo aspectos delimitados, ou seja, será a apresentação do passo a passo a ser utilizado na elaboração da pesquisa (GIL,2006).

A pesquisa se caracteriza como exploratório-descritiva, pois tem como objetivo buscar respostas sobre a utilização das informações contábeis, verificando se há a utilização ou não das informações contábeis pelos gestores das organizações. Segundo Gil (2006, p.42), a pesquisa descritiva tem como objetivo a “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou então, o estabelecimento de relação entre variáveis [...] levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população [...]”. A pesquisa exploratória tem a finalidade o aprimoramento de ideias, proporcionando familiaridade com fenômeno que está sendo investigado (GIL,2006).

Quanto à abordagem, se classifica como qualitativa com aspectos quantitativos. É qualitativo por verificar a utilização das informações contábeis no processo diário dos empresários, por meio de uma entrevista semiestruturada; quantitativo devido a serem traduzidas em número as informações coletadas dos empresários. Marconi e Lakatos (2008) enfatizam que a metodologia qualitativa analisa e interpreta as informações que são fornecidas ao pesquisador, transcrevendo as informações e elaborando uma análise minuciosa sobre as informações a serem pesquisadas. Marconi e Lakatos (2008) afirmam que o método quantitativo, diferenciando-se do método qualitativo, os pesquisadores terão como objetivo amostras amplas e informações numéricas, aplicando a elas técnicas estatísticas com ênfase na quantificação dos dados.

O método de pesquisa utilizado é o dedutivo, pois parte do geral para o particular, com o objetivo de explicar o conteúdo da premissa. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p. 64) o método dedutivo tem o propósito de “[...] explicar o conteúdo das premissas [...]” e ainda reforçam que “[...] todo argumento dedutivo, reformula ou enuncia de modo explícito a informação, já contida nas premissas.”

Trata-se de uma pesquisa aplicada, pois tem a finalidade de gerar conhecimentos de um problema já existente. Segundo Card (2010), esse tipo de pesquisa tem como objetivo a solução de um problema já existente, seja utilizando ferramentas simples, ou até ferramentas complexas. Para tanto, é necessário ter um objetivo definido, e que o pesquisador esteja em contato direto com o objeto pesquisado, tomando como objeto a realidade concreta.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e de pesquisa de campo. O estudo de campo é semelhante ao levantamento de dados, porém se distingue em alguns aspectos, onde o estudo de campo tem maior profundidade e o levantamento tem maior alcance, procurando oferecer os resultados caracterizados pelas precisões estatísticas (GIL, 2006). O autor salienta que a pesquisa bibliográfica se caracteriza por se embasar em materiais já elaborados, ou seja, tem seu embasamento em assuntos já discutidos em obras como livros, artigos e revistas etc.

Quanto às técnicas das pesquisas, foram realizadas entrevistas com questionário semiestruturado junto aos gestores das empresas abordadas. A entrevista é o diálogo entre

duas pessoas, uma sendo chamada de entrevistador e, outra sendo chamado de entrevistado, tendo por objetivo o entrevistador obter informações para compreender perspectivas das pessoas entrevistadas. Trata-se de uma conversa direta com o entrevistado, de maneira simples, mas que podem trazer resultados satisfatórios (MARCONI; LAKATOS, 2008).

A pesquisa foi realizada nas empresas que atuam no ramo de comércio de confecções e medicamentos, situadas na região central da cidade de Cacoal/RO, especificamente nas avenidas Porto Velho, Sete de Setembro, São Paulo, Dois de Junho, Amazonas, Cuiabá e Belo Horizonte. Para essa análise, teve como público alvo os gestores das empresas e como objeto de pesquisa o uso das informações contábeis na tomada de decisão.

Foram pesquisadas 29 empresas, as quais foram escolhidas de maneira aleatória e que concordaram em responder à entrevista. Para identificar o nível de conhecimento dos gestores em relação às informações contábeis, foi utilizado, a escala de Likert, onde os níveis estão classificados como: baixo, razoável, suficiente, bom, alto e não entende.

Os dados da pesquisa foram agrupados de acordo com o seu grau de similaridade, sendo posteriormente com o auxílio de ferramentas eletrônicas como *Word* e *Excel*. Após a análise os resultados foram apresentados por meio de figuras, e discutidos com o respaldo no referencial teórico existente sobre o assunto.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta sessão serão apresentados, os dados obtidos na pesquisa, os quais serão discutidos com base em referencial teórico.

4.1 QUANTO AO PERFIL E GESTÃO DA EMPRESA

No que tange a administração das empresas, levantou – se que 72,4% são geridas pelos proprietários e 27,6% por gestores contratados para essa finalidade. Foi constatado que as pequenas e médias empresas, predominante familiar são geridas principalmente pelos proprietários.

Um dos fatores que mais contribui para a mortalidade das pequenas e médias empresas no Brasil é a falta de respaldo na tomada de decisões, despreparo dos gestores e pela escassez de recursos financeiros para contratar uma assessoria específica (MARION, 2012).

Ao verificar o grau de escolaridade dos gestores dessas empresas, verificou – se que 48% dos proprietários possuem nível superior completo ou estão cursando e 52% possuem o nível médio completo ou cursando. Ao analisar o grau de escolaridade dos gestores que são contratados para essa finalidade, foi verificado que 75% deles têm formação superior e 25% nível médio.

A figura06 apresenta escolaridade e formação dos gestores das empresas.

| Responsável pela gestão | Escolaridade/ Área de formação | Quantidade |
|-------------------------|--------------------------------|------------|
| Proprietários | Nível Médio | 11 |
| | Biologia | 01 |
| | Administração | 02 |
| | Farmácia | 06 |
| | Direito | 01 |
| Terceiros | Nível Médio | 02 |
| | Biologia | 01 |
| | Administração | 03 |
| | Matemática | 01 |
| | Assistente Social | 01 |
| | Total | 29 |

Figura 6: Escolaridade e formação dos gestores.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Diante dos dados apresentados pela figura 06, fica evidente que uma minoria dos gestores proprietários possui alguma formação ou especialização, em áreas voltadas a gestão das empresas. Isso também se percebe quanto aos gestores contratados para realizar essa tarefa, pois poucos possuem formação ou especialização voltada às práticas gerenciais da empresa. Isso pode indicar uma baixa preocupação dos proprietários em contratar pessoas especializadas para a gestão de suas empresas.

Em relação ao faturamento dessas empresas; 14% delas alegam faturar até R\$ 60.000,00; 21% delas faturam de R\$ 60.000,00 a R\$ 120.000,00; 24% tem o seu faturamento entre R\$ 120.000,00 e R\$ 240.000,00; 17% faturam entre R\$ 240.000,00 e R\$ 480.000,00; 14% apresentam faturamento de R\$720.000,00 a 1.080.000,00 e apenas 10% faturam acima de R\$ 1.080.000,00.

4.2 QUANTO A UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA TOMADA DEDECISÃO.

Todas as 29 empresas possuem sua contabilidade elaborada por escritórios de contabilidade. Ao serem questionados a respeito das informações contábeis fornecidas, dentre elas: análise de balanços; análise da margem de contribuição; formação do preço de venda e ponto de equilíbrio, 90% das empresas alegam não receber nenhum tipo dos relatórios relacionados. Apenas 10% afirmaram receber algum tipo de relatório, onde 02 empresas alegam receber a análise de balanços e 01 empresa alega receber a análise da margem de contribuição. Ao serem questionados se os mesmos teriam interesse em arcar com um acréscimo no valor dos honorários para receber esses relatórios, 41% dos gestores disseram que sim, inclusive estão dispostos a pagar por essa informação, mesmo que isso gere gastos extras, ou seja, além do que já é pago pelo serviço contábil, no entanto afirmam que os escritórios não oferecem esse serviço. Por outro lado 59% dos pesquisados não tem interesse em arcar com esse acréscimo, pois dizem que esses relatórios já deveriam estar inclusos no contrato de prestação de serviços celebrado entre empresa e escritório.

Ao serem questionadas se recebem os serviços referentes à folha de pagamento, escrituração fiscal e contabilidade, todas as empresas afirmaram que são fornecidas pelo mesmo escritório de contabilidade, pois há casos em que os serviços podem ser prestados por escritórios diferentes. Já ao serem indagadas se recebem os serviços de controle de fluxo de caixa, controle de contas a pagar e a receber, ponto de equilíbrio ou alguma outra modalidade de serviços, todas alegam não receber esses serviços. Tal situação evidencia que os escritórios de contabilidade oferecem a essas empresas apenas os serviços contábeis básicos.

Mesmo recebendo os serviços básicos de contabilidade, nenhum dos serviços contábeis foram classificados como ruins, pelo contrario, 52% classificam tais serviços como bom; 24% classificam como excelentes; 17% classificam como regulares e 7% classificam como razoáveis. Assim percebe-se, que mesmo com essas limitações, os gestores encontram-se satisfeitos com os serviços contábeis fornecidos pelos seus escritórios de contabilidade.

Em relação à utilização das informações contábeis utilizadas com mais frequência, dentre elas: tributação da empresa, Balanço Patrimonial, DRE. Como resposta, 17 gestores responderam utilizar apenas informações referentes a tributações de produtos. Referente ao Balanço Patrimonial, 03 gestores afirmaram o utilizar. Referente à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), 03 gestores responderam que a utiliza e 09 afirmaram não utilizar nenhum tipo de informação contábil.

Isso deixa evidente que as informações contábeis não estão sendo utilizadas para auxiliar os gestores a tomarem suas decisões, pois de acordo com as entrevistas a principal

informação, ou que mais preocupa o gestor, refere-se a carga tributária dos produtos, indicadores esses que são utilizados apenas para a formação do preço de venda.

Essas informações estão em desencontro com o que é afirmado por Marion (2012), o qual diz que todas as informações contábeis devem ser analisadas, em especial o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, pois trazem informações econômico-financeiras sobre a empresa.

Quando comparamos os resultados dessa pesquisa com o que foi encontrado por Lima *et al* (2004) verifica-se que a não utilização de informação contábil no processo de gerenciamento de micro e pequenas empresas é comum, pois os autores constataram que a maioria dos gestores desse tipo de organização não utilizam as informações contábeis no processo de gerenciamento do negócio.

Os gestores quando questionados se matem algum tipo de relatório gerencial elaborado pela própria empresa, 86%, ou seja, 26 gestores disseram manter relatórios gerenciais para controle interno. Entre os controles efetuados, encontram-se uma estrutura prévia de uma Demonstração do Resultado do Exercício e também um controle do fluxo de caixa. Isso mostra que mesmo que os gestores não utilizam as informações contábeis elaboradas pelos escritórios, não quer dizer, que o gerenciamento seja feito sem nenhum respaldo contábil. Fica evidente que a contabilidade gerencial na maioria dos casos é diferente da elaborada pelos escritórios, ou seja, nem sempre a contabilidade feita pelo escritório confere com os relatórios elaborados internamente.

A disparidade entre contabilidade gerencial e a contabilidade feita pelo escritório está relacionada a falta de disponibilidade de informações da empresa ao escritório, no que se refere a entrega de documentos da movimentação diária. Essa prática pode se tornar desfavorável para a empresa, uma vez, que a ela contrata e paga pelos serviços contábeis. Assim a contabilidade feita pelo escritório deveria representar a realidade da empresa o que facilitaria o processo de gerenciamento, pois os relatórios utilizados seriam elaborados por profissionais habilitados.

No entanto a prática de elaboração de relatórios pelos gestores pode gerar informações distorcidas, conforme encontrado por Faria *et al* (2016), ao analisar a percepção dos profissionais de contabilidade no que diz a respeito ao controle interno como ferramenta gerencial para as micro e pequenas empresas, onde os autores encontram que os controles e relatórios gerenciais elaborados pelos próprios gestores não são suficientes para assegurar uma efetivação aceitável dessas ferramentas, visto as necessidades das informações em comparação com o nível de conhecimento dos gestores para elaborarem esses relatórios.

Sobre a finalidade das informações contábeis fornecidas pelo contador, se são elaboradas para fins gerenciais ou apenas fins fiscais; 17%, ou seja, 05 dos gestores responderam utilizar as informações para fins gerenciais e 83% dos gestores responderam que as demonstrações são elaboradas apenas para fins fiscais.

Isso corrobora com o que diz Pecanha e Oliveira (2015), os quais apontam como uma das principais fraquezas das pequenas empresas a falta de controle e planejamento em relação à utilização dos seus recursos econômico-financeiros, pela não utilização de informações reais na elaboração de sua contabilidade.

4.3 QUANTO AO NÍVEL DE CONHECIMENTO EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES/INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

Em relação ao conhecimento quanto às informações contábeis, foi questionado aos gestores o nível de conhecimento referente ao Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e a formação do preço de venda.

Na figura 07 é demonstrado o nível conhecimento referente ao balanço Patrimonial.

| Nível de conhecimento em relação ao Balanço Patrimonial | Quantidade em números | em Percentual |
|--|------------------------------|----------------------|
| Baixo | 02 | 6,89% |
| Razoável | 08 | 27,58% |
| Suficiente | 04 | 13,79% |
| Bom | 06 | 20,68% |
| Alto | 02 | 6,89% |
| Não entende | 07 | 24,17% |
| Total de respostas | 29 | 100% |

Figura 7: Nível de conhecimento em relação ao Balanço Patrimonial.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Nota-se que boa parte dos gestores, 07 deles, não tem conhecimento algum quanto à interpretação do Balanço Patrimonial e 14 gestores se encontram em um nível de baixo a suficiente. Logo se percebe um nível muito baixo de conhecimento referente a esse demonstrativo. Apenas 08 gestores com um nível classificado entre bom e alto. Apesar de se encontrarem classificados entre o nível bom e alto, isso não comprova que os mesmos utilizam esse demonstrativo para respaldarem suas decisões.

Essa situação está de acordo com o que foi encontrado por Borges (2012), o qual constatou que os gestores sabem da importância das informações contábeis, porém não utilizam esses dados para a administração da empresa, por desconhecem a forma de utilizá-las, e também a falta de apoio na capacitação para o uso desses dados.

Na figura 08 é demonstrado o nível de conhecimento dos gestores quanto a Demonstração do Resultado do Exercício.

| Nível de conhecimento em relação a DRE | Quantidade em números | Percentual |
|---|------------------------------|-------------------|
| Baixo | 01 | 3,45% |
| Razoável | 09 | 31,03% |
| Suficiente | 04 | 13,79% |
| Bom | 10 | 34,49% |
| Alto | 01 | 3,45% |
| Não entende | 04 | 13,79% |
| Total de respostas | 29 | 100% |

Figura 8: Nível de conhecimento em relação a DRE.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Ao identificar o nível de conhecimento dos gestores em relação à DRE, nota-se que eles têm mais familiaridade com esse demonstrativo quando comparado com o Balanço Patrimonial. No entanto ao verificar o nível de conhecimento dos gestores em relação a DRE, foi constatado, 34% possuem em um nível entre baixo e razoável de conhecimento e 14% não entende as informações fornecidas pela DRE.

Ao comparar os resultados desta pesquisa com o que foi encontrado por Lima *et al* (2004), verifica-se que a falta de conhecimento em relação às demonstrações/informações contábeis é algo comum entre os gestores das micro e pequenas empresas, pois os autores verificaram que os gestores destas empresas não possuem conhecimento satisfatório em relação as demonstrações contábeis. Isso faz leva a não utilização das demonstrações contábeis no processo de tomada de decisão dentro destas organizações.

Ao verificar o conhecimento dos gestores no que se refere à formação do preço de venda, percebe-se que estes se julgam mais conhecedores sobre tema, se comparado com outras questões.

Na figura 09 é apresentado o nível de conhecimento dos gestores em relação a formação do preço de venda.

| Nível de conhec. em relação a formação do preço de venda | Quantidade em números | Percentual |
|---|------------------------------|-------------------|
| Baixo | 01 | 3,45% |
| Razoável | 06 | 20,69% |
| Suficiente | 04 | 13,79% |
| Bom | 13 | 44,83% |
| Alto | 05 | 17,24% |
| Não entende | | |
| Total de respostas | 29 | 100% |

Figura 9: Nível de conhecimento em relação a formação do preço de venda.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Fica claro que a maioria dos gestores se preocupam com a correta formação do preço de venda, pois o erro em sua elaboração poderia trazer prejuízos à empresa. Ao serem questionados sobre as técnicas utilizadas para elaboração do preço de venda, de maneira geral os gestores afirmaram que levam em consideração os itens básicos, como valor pago pelo produto, tributos, folha de pagamento e margem de lucro desejada, ou seja, pode-se dizer que fazem uso do conceito de markup, o qual é apresentado por Martins (2010). Tal situação deixa evidente que os gestores abordados pela pesquisa levam em consideração todos os itens necessários a boa formação do preço de venda. Porém vale salientar que de acordo com a literatura existente sobre o tema nem sempre é possível formar o preço de venda a partir dos custos e margem de lucro desejada, e sim, deve ser trabalhado de acordo com o que o mercado está disposto a pagar pelo produto, mercadoria ou serviço ofertado pela organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa foi constatado que 83% dos gestores das empresas analisadas não utilizam as informações contábeis para a tomada de decisão, e em sua maioria tendo como principal finalidade, apenas atender as exigências fiscais. Logo se percebe que os processos decisórios dessas empresas podem apresentar deficiências, pois os gestores tomam as decisões baseadas apenas em suas próprias experiências ou em relatórios elaborados pela própria empresa, relatórios esses preparados sem nenhum conhecimento técnico de quem os elabora.

Esse tipo de situação também foi encontrado por Hall et al (2012), onde foi constatado pelos autores que os gestores utilizam as informações contábeis, porém de forma muito tímida, pois tomam as decisões utilizando muito mais sua experiência do que a contabilidade propriamente dita.

Ao verificar o conhecimento quanto às demonstrações contábeis, verificou-se que os gestores das empresas não são dominadores do tema, mostrando um baixo conhecimento das informações que esses relatórios podem fornecer, o que pode estar ligado ao nível de escolaridade, pois a pesquisa identificou que muitos gestores não possuem formação de nível superior, ou são formados em áreas que não estão relacionadas à gestão.

Foi verificado que os gestores se consideram aptos a formar o preço de venda. Em sua maioria (62%) afirmam estar entre bom e excelente quando questionados a respeito do seu nível de conhecimento em relação aos itens que formam o preço de venda da mercadoria, pois

isso é o que mais preocupa os gestores. A preocupação com a correta formação do preço de venda se deve ao fato, de que, se não for formado de maneira correta pode ocasionar prejuízos a empresa.

Sendo assim, fica evidente que os gestores das micro e pequenas empresas de Cacoal estão muito mais interessados na correta formação do preço de venda das mercadorias, do que no conhecimento em relação às informações contábeis.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Olney Queiroz. (2005) **O Pequeno Empresário Prestador de Serviços: A Proteção Constitucional e a Inconstitucionalidade da Lei Tributária. FISCOSOFT.** Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/main_online_frame.php?page=/index.php?PID=136434&key=2774171>. Acesso em: 21 de Set de 2016.

BAZZOTTI, Cristiane.; GARCIA, Elias. **A importância do sistema de informação gerencial para tomada de decisões**, Cascavél, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/1Uqnavk>>. Acesso em: 14 Maio 2016.

BORGES, Lara Fabiana Moraes; LEAL, Edvalda Araújo. (2012) **Contabilidade Gerencial: a utilização das informações Contábeis Gerenciais pelos Gestores das Micro e Pequenas Empresas. Universidade Federal de Alagoas - IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/nit/eventos-1/ix-simposio-de-excelencia-em-gestao-e-tecnologia>>. Acesso em: 25 Jun. 2016.

BRASIL. Lei n 9.841, de 05 de Outubro de 1999. **Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9841.htm> Acesso em: 23 Mar 2016.

_____. Lei Complementar n. 123, de 14 de Dezembro de 2006. (2006) **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 25 Mar 2016.

CARD, Leandro. (2010). Pesquisa Pura X Pesquisa Aplicada. **Recanto das letras.** Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2377521>>. Acesso em: 26 maio 2016.

CASTIGLIONI, José Antônio. (2014) **Assistente de Contabilidade :Guia prático.** 2. ed. São Paulo: Érica

COSTA, José Manoel.(2011) **Contabilidade Básica.** 1. ed. São Paulo: Paerson.

COSTA, José Manoel; NOGUEIRA, Daniel Ramos. (2013) **Contabilidade empresarial.** 1. ed. São Paulo: Paerson,

CREPALDI, Silvio Aparecido. (2011) **Contabilidade Gerencial: teoria e prática.** 5. ed. São Paulo: Atlas,

CORDEIRO, Jailma do Socorro; DUARTE, Ana Maria da Paixão. (2006) O profissional contábil diante da nova era. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande , (v. 1, p. 68-96)

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.(2009) **Resolução CFC n. 1.185**, de 15 de Setembro de 2009. Apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001185>. Acesso em: 23 mar. 2016

CRC/PR. ((2013) Conselho Regional De Contabilidade Do Paraná . *Demonstrações contábeis obrigatórias*. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/publicacao/mailling/html/2013_06_17_informativoFiscalizacao.html>. Acesso em: 14 Mai 2016.

FARIA, Juliano Almeida; BARBOSA Tiago Alves; LOPES, Laerson Moraes Silva, OLIVEIRA; Neylane dos Santos. (2016) **As percepções dos profissionais de contabilidade a respeito do controle interno como ferramenta gerencial em micro e pequenas empresas: um estudo na cidade de Serrinha – Bahia, XXIII Congresso Brasileiro de Custos**, Porto de Galinhas – PE.

GIL, Antônio Carlos.(2006) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

HALL, Rosemar José; COSTA, Vanilson Camacho; KREUZBERG, Fernanda; MOURA, Geovanne Dias; HEIN, Nelson. (2012) **Contabilidade como uma ferramenta da gestão: Um estudo em micro e pequenas empresas do ramo de comércio de Dourados – MS. Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.6, p. 04-17

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Maria Andrade.(2008). **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas,

LAUDON, Kenneth. C.; LAUDON, Jane. P. (2007). **Sistemas de informação gerenciais**. Tradução de THELMA GUIMARÃES. 7. ed. São Paulo: Pearson, v. 7.

LIMA, Magna Regina dos Santos; CHACON, Márcia Josienne Monteiro; SILVA, Maurício Correia. (2004) **Uma contribuição a importância do fluxo de informações contábeis no processo decisório das micro e pequenas empresas: Uma pesquisa realizada na cidade do Recife no estado de Pernambuco**. Disponível em: <<http://bit.ly/2eSdfN6>>. Acesso em: 12 de Nov de 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio. (1995)**Contabilidade Gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas.

_____. (2006)**Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas.

MARION, José Carlos. (2012). **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas,

MARION, José Carlos; SOARES, Adenilson Honório.(2000). **Contabilidade como instrumento para tomada de decisões**. 1. ed. CAMPINAS: ALÍNEA, v. I.

MARTINS, Eliseu. (2010). **Contabilidade de Custos**. 10.ed. São Paulo: Atlas.

MIRANDA, Denir Mendes; JÚNIOR, Rogério Henrique.(1995) **Técnicas para tomada de decisão nos sistemas de informação**. 2. ed. Brasília: Thesaurus.

NARETTO, Nilton; BOTELHO, Marisa Reis; MENDONÇA, Maurício. (2004). **A trajetória das políticas públicas para pequenas e médias empresas no Brasil: do apoio individual ao apoio a empresas articuladas em arranjos produtivos locais**. Planejamento e Políticas Públicas, (Junh/ Dez 61-115).

PADOVEZE, Clóvis Luis. (2008). **Contabilidade gerencial: Um enfoque em sistema de informação contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas,

PADOVEZE, Clóves Luis.; MARTINS, Miltes Angelita. (2014) **Contabilidade e Gestão para micro e pequenas empresas**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes.

PECANHA, Alicelia Rosa de Oliveira; OLIVEIRA, Saulo Barbara. (2015). **Empresa familiar, sim! Mas qual o problema, se a gestão é profissional?**. Navus: Revista de gestão e tecnologia, Florianópolis, SC, (v5, p 126 – 135, Julho/Setembro).

ROSA, Fabrícia Silva. (2015) **Contabilidade e gestão do conhecimento como apoio à tomada de decisão**. Revista catarinense da ciência contábil, Florianópolis, v. 3, p. 37-54, Abril/Julho x.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Simples Nacional**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em: 23 mar. 2016

SANTOS, Joenice Leandro Diniz. (2013) **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Paerson.

Sebrae-SC - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Crítérios de avaliação de empresas: MEI, ME, EPP**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em: 21de Set de 2016.

Sebrae . (2014) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/Micro-e-pequenas-empresas-geram-27%25-do-PIB-do-Brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. (2014). **Causa mortis: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida** Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. (2012) **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2012.pdf>. Acesso em: 23 Mar 2016.